

Roriz busca reajuste para PMs

SHEYLA LEAL

**GOVERNADOR
TENTA OBTER
RECURSOS PARA
PAGAR REAJUSTE
DE 28,23% DAS
FORÇAS ARMADAS**

ELIANE MACHADO

O GDF iniciou negociações com a União com o objetivo de conseguir a liberação de recursos para a equiparação salarial dos 23 mil bombeiros e policiais militares da ativa com os integrantes das Forças Armadas, que ganharam reajuste de 28,23%, em dezembro. Ontem, o governador Joaquim Roriz se encontrou com o ministro da Justiça, José Gregori, acompanhado do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Alberto Cardoso, do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda, do secretário de Segurança Pública, Athos de Faria. O ministro Gregori prometeu encaminhar a reivindicação à área econômica.

Por intermédio de Medida Provisória, o presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu o benefício somente para as Forças Armadas, quebrando a tradição de isonomia salarial entre as forças, que era respeitada desde o início de Brasília, obedecendo à lei federal nº 7.961. Os PMs e Bombeiros também reivindicam o pagamento integral do auxílio-alimentação, que subiria de R\$ 259 para R\$ 360, e o pagamento do complemento da gratificação de risco de vida de R\$ 250, que aumentaria o benefício de R\$ 350 para R\$ 600. Roriz fez um apelo à corporação para que não faça



RORIZ saiu otimista do encontro com o ministro da Justiça e o general Alberto Cardoso. Reivindicação será encaminhada à área econômica

greve, pois poderia prejudicar as negociações. "A condição para que o governo federal seja simpático ao reajuste é que não haja greve", disse.

O governador saiu otimista da reunião, no Ministério da Justiça, que durou 50 minutos. Segundo ele, a questão será resolvida o mais rápido possível, pois o próprio Presidente tem interesse em solucionar o impasse. Ele também ressaltou a receptividade do ministro da Justiça. Sem querer divulgar o quanto demandaria a mais de repasse da União, que mantém a área de segurança no DF, Roriz afirmou que o impacto econômico da reequiparação não será pequeno, pois o efetivo é de 23 mil homens. Mas que o próprio governo federal vai estudar com a equipe econômica a

melhor forma de fazê-lo.

O outro interlocutor, o senador Arruda (PSDB-DF), afirmou que o custo adicional com a folha não é maior que o aumento de arrecadação que se verificou este ano. Segundo ele, o gasto é compatível com as possibilidades do GDF dentro dos repasses feitos pelo governo federal. "A reivindicação é justa, o pleito é legítimo, o Presidente está sensível ao assunto e a primeira reunião foi boa", sintetizou. Arruda disse que nos próximos dias começarão as negociações da área econômica com a Casa Civil, mas que o resultado demanda algum tempo. O GDF vai depender do aval dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do de Gestão e Planejamento, Martus Tavares, para a liberação dos recursos.

Militares acreditam em solução

No primeiro momento da reunião participaram os deputados federal, Alberto Fraga (PMDB), e o distrital, João de Deus, que representam os policiais militares e os bombeiros, respectivamente. De acordo com Fraga, deve haver negociação antes de uma radicalização. "Ninguém vai fazê-la com a faca no pescoço". Ele afirma que os policiais sabem que se fizerem greve poderão ser expulsos da corporação. O deputado distrital João de Deus afirma que há certa insatisfação.

A média salarial de um soldado da Polícia Militar é R\$ 980 e sobe para R\$ 1,1 mil com as gratificações recebidas. De acordo com o diretor da Asso-

ciação dos Policiais e Bombeiros Militares do DF, cabo Sidney Patrício, a categoria quer que o acordo feito em outubro com o GDF seja cumprido. Segundo ele, o início das negociações do GDF com a União pode ser o caminho para solucionar o impasse. Segundo ele, o governador deve chamar as comissões representativas da polícia para mostrar os avanços e que as portas para as negociações estão abertas. "Todos queremos uma solução pacífica", disse Patrício.

Hoje à noite os policiais e bombeiros militares farão uma assembleia na Praça do Relógio, em Taguatinga, para escolher uma comissão para negociar com o governo. (E.M.)